



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**Considerando que:**

Foi ontem divulgado pelo Tribunal de Contas (TdC) o Relatório da Auditoria ao Acesso a Cuidados de Saúde no Serviço Nacional de Saúde (SNS), que avalia “o acesso a consultas e cirurgias nas unidades hospitalares do SNS, a qualidade dos indicadores disponíveis, o desempenho da administração centralizada dos sistemas de gestão do acesso a estes cuidados e o impacto de medidas introduzidas pelo Ministério da Saúde”.

As principais conclusões deste Relatório do TdC resumem-se à constatação de que, entre 2014 e 2016 “ocorreu no Serviço Nacional de Saúde uma degradação do acesso dos utentes a consultas de especialidade hospitalar e à cirurgia programada”. Afirma o TdC que, no referido período se verificou:

- “aumento (i) do tempo médio de espera para a realização de uma primeira consulta de especialidade hospitalar, de 115 para 121 dias, e (ii) do incumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos de 25%, em 2014, para 29% em 2016;

- aumento (i) do número de utentes em lista de espera cirúrgica, em 27 mil utentes (+15%), (ii) do tempo médio de espera até à cirurgia, em 11 dias (+13%), e do (iii) incumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos, de 7,4%, em 2014, para 10,9%, em 2016.”

Mais ainda, conclui o TdC que “as iniciativas centralizadas, desenvolvidas pela Administração Central do Sistema de Saúde, em 2016, de validação e limpeza das listas de espera para primeiras consultas de especialidade hospitalar do universo das unidades hospitalares do SNS, incluíram a eliminação administrativa de pedidos com elevada antiguidade, falseando os indicadores de desempenho reportados.

Na área cirúrgica, a não emissão atempada e regular de vales cirurgia e notas de transferência aos utentes em lista de espera, aumentou os tempos de espera suportados pelos utentes.

A qualidade da informação disponibilizada publicamente, pela ACSS, IP, sobre as listas de espera não é fiável, devido a falhas recorrentes na integração da informação das unidades hospitalares nos sistemas centralizados de gestão do acesso a consultas hospitalares e cirurgias, bem como devido às iniciativas centralizadas acima referidas”.

Quanto à degradação do acesso aos cuidados de saúde no SNS, o CDS-PP tem vindo há muito tempo a alertar para o aumento das listas de espera tanto para consultas como para cirurgias, realidade reiteradamente desmentida pelo Senhor Ministro da Saúde, que insiste em afirmar que o acesso a cuidados de saúde é melhor e que há agora maior número de consultas e cirurgias programadas realizadas.

Já no que diz respeito aos procedimentos da ACSS, o CDS-PP entende que as conclusões do TdC são demasiado graves para que a tutela não se pronuncie sobre as mesmas.

É certo que, já no dia de ontem, a ACSS desmentiu estas conclusões do TdC, afirmando que “a ACSS rejeita que tenha existido qualquer intervenção artificial na gestão das listas de utentes, tendo tido oportunidade de detalhar exaustivamente, em sede de contraditório, todas as intervenções realizadas nesta área”.

No entanto, como já referimos, o CDS-PP entende que as conclusões do TdC são de uma gravidade tal que não podem passar sem um cabal e urgente esclarecimento por parte do Senhor Ministro da Saúde.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

A Deputada do CDS-PP, abaixo-assinada, vem por este meio requerer ao Ministro da Saúde, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1 – Confirma V. Exa. as conclusões do Relatório do Tribunal de Contas da Auditoria ao Acesso a Cuidados de Saúde no Serviço Nacional de Saúde?

2 – Que justificação apresenta V. Exa. para as conclusões deste Relatório relativamente aos procedimentos da ACSS na validação e limpeza das listas de espera?

3 – Quais foram, efectivamente, os procedimentos adoptados pela ACSS nesta matéria?

4 - Que justificação apresenta V. Exa. para a conclusão do Relatório relativa à “degradação do acesso dos utentes a consultas de especialidade hospitalar e à cirurgia programada”?

5 – Quais são, detalhadamente, os tempos médios de espera actuais para consultas de especialidade hospitalares e para cirurgias programadas? E quais eram, em 2014, os tempos médios de espera para consultas nas mesmas especialidades hospitalares e para

cirurgias programadas?

6 – Face às conclusões deste Relatório do TdC e face às acusações gravíssimas que lá são feitas à ACSS, que medidas vai V. Exa. tomar de imediato para esclarecer toda esta situação?

Palácio de São Bento, 18 de outubro de 2017

Deputado(a)s

ISABEL GALRIÇA NETO(CDS-PP)